



# CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

CONTEMAX

CONSULTORIA TÉCNICA E PLANEJAMENTO LTDA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

**CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS**

### **INSTRUÇÕES:**

#### **VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:**

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

#### **VOCÊ DEVE:**

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo:

#### **ATENÇÃO:**

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

## I – LÍNGUA PORTUGUESA

### Ruído de passos

Tinha oitenta e um anos de idade. Chamava-se dona Cândida Raposo.

Essa senhora tinha a vertigem de viver. A vertigem se acentuava quando ia passar dias numa fazenda: a altitude, o verde das árvores, a chuva, tudo isso a piorava. Quando ouvia Liszt se arrepiava toda. Fora linda na juventude. E tinha vertigem quando cheirava profundamente uma rosa.

Pois foi com dona Cândida Raposo que o desejo de prazer não passava.

Teve enfim a grande coragem de ir a um ginecologista. E perguntou-lhe envergonhada, de cabeça baixa:

- Quando é que passa?
- Passa o quê, minha senhora?
- A coisa.
- Que coisa?
- A coisa, repetiu. O desejo de prazer, disse enfim.

– Minha senhora, lamento lhe dizer que não passa nunca. Olhou-o espantada.

- Mas eu tenho oitenta e um anos de idade!
- Não importa, minha senhora. É até morrer.
- Mas isso é o inferno!
- É a vida, senhora Raposo.

A vida era isso, então? essa falta de vergonha?

– E o que é que eu faço? ninguém me quer mais... O médico olhou-a com piedade.

- Não há remédio, minha senhora.
- E se eu pagasse?

– Não ia adiantar de nada. A senhora tem que se lembrar que tem oitenta e um anos de idade.

– E... e se eu me arranjasse sozinha? o senhor entende o que eu quero dizer?

– É, disse o médico. Pode ser um remédio.

Então saiu do consultório. A filha esperava-a embaixo, de carro. Um filho Cândida Raposo perdera na guerra, era um pracinha. Tinha essa intolerável dor no coração: a de sobreviver a um ser adorado.

Nessa mesma noite deu um jeito e solitária satisfez-se. Mudos fogos de artifícios. Depois chorou. Tinha vergonha. Daí em diante usaria o mesmo processo. Sempre triste. É a vida, senhora Raposo, é a vida. Até a bênção da morte.

A morte.

Pareceu-lhe ouvir ruído de passos. Os passos de seu marido Antenor Raposo.

LISPECTOR, Clarice. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

01. O texto de Clarice Lispector, quanto à sua organização interna, estrutura-se como uma sequência classificada como narrativa. Essa afirmativa se justifica conceitualmente com base no que se observa na alternativa:

- a) Ocorre suspensão temporal, pois a análise das informações se dá de forma simultânea, ou seja, não há mudança de estado da personagem.
- b) Ocorre exposição de aspectos fundamentais da personalidade da personagem, de modo a informar o leitor, objetivamente.
- c) Ocorre progressão temporal, já que os dados são sequenciais, isto é, há mudança de estado da personagem.
- d) Ocorre defesa explícita de ponto de vista da autora sobre a análise de tema polêmico, com a intenção de convencer o leitor.
- e) Ocorre uma série de indicações ao longo do texto, com o objetivo de instruir o leitor de como se portar em uma situação como a da personagem.

02. A idade da personagem Cândida Raposo é enfatizada no texto, pois:

- a) Trata-se apenas de um recurso estilístico da autora, para enaltecer a passagem do tempo.
- b) A temática retratada é polêmica, na medida em que não é comum tratar de sexualidade na idade madura, na maioria das vezes.
- c) Há discussão moral e condenatória da manifestação da sexualidade na idade madura em que se encontra a personagem, por parte dos filhos.
- d) O objetivo da autora é apresentar um olhar impregnado de juízo de valor, despertando no leitor uma análise tendenciosa e completamente repulsiva sobre a temática polêmica da sexualidade na velhice.
- e) Confirma-se o arrefecimento total da manifestação sexual na idade avançada em que se encontra a personagem.

03. O texto clariceano se constrói por meio de uma preocupação com a forma, que se reflete no emprego de uma linguagem artística; assim, a imagem simbólica construída na passagem “*Mudos fogos de artifícios.*” (23º parágrafo) estrutura-se com o uso de um recurso estilístico:

- a) Metafórico.
- b) Irônico.
- c) Metonímico.
- d) Comparativo.
- e) Pleonástico.

04. Tendo em vista a unidade de sentido da narrativa, a sequência textual “*Depois chorou. Tinha vergonha.*” (23º parágrafo), assim apresentada, contribui para a progressão das ideias, uma vez que estabelece determinada relação semântica, mesmo sem conectivo explícito. Essa relação semântica poderia ser estabelecida com a ajuda de todos os conectivos apontados abaixo, fazendo-se as adaptações necessárias para unir os dois períodos em um só, com **EXCEÇÃO** da alternativa:

- a) Pois.
- b) Visto que.
- c) Por conseguinte.

- d) Porquanto.  
e) Já que.

05. Analisando-se a estruturação dos períodos que compõem o texto, mais especificamente o período “*Essa senhora tinha a vertigem de viver.*” (2º parágrafo), a oração destacada apresenta uma natureza:

- a) Adjetiva.  
b) Adverbial.  
c) Assindética.  
d) Substantiva.  
e) Sindética.

06. Levando-se em consideração os conhecimentos referentes ao emprego do acento grave indicativo de crase, assinale a alternativa abaixo em que, se houvesse o acréscimo de tal acento no termo destacado, manter-se-ia a correção gramatical:

- a) “**A** senhora tem que se lembrar que tem oitenta e um anos de idade.” (19º parágrafo).  
b) “**A** filha esperava-a embaixo, de carro.” (22º parágrafo).  
c) “Tinha essa intolerável dor no coração: **a** de sobreviver a um ser adorado.” (22º parágrafo).  
d) “É **a** vida, senhora Raposo, é a vida.” (23º parágrafo).  
e) “Até **a** bênção da morte.” (23º parágrafo).

07. No excerto “*É a vida, senhora Raposo, é a vida.*” (23º parágrafo), as vírgulas foram empregadas, já que separam um(a):

- a) Citação.  
b) Vocativo.  
c) Adjunto adverbial deslocado.  
d) Aposto.  
e) Exemplificação.

08. A estrutura verbal em destaque no fragmento “*Fora linda na juventude.*” (2º parágrafo) está flexionada em determinado modo e tempo. Essa mesma flexão se repete no verbo destacado na alternativa:

- a) “A vertigem se **acentuava** quando ia passar dias numa fazenda: (...)” (2º parágrafo).  
b) “A vida **era** isso, então?” (15º parágrafo).  
c) “– E se eu **pagasse**?” (18º parágrafo).  
d) “Um filho Cândida Raposo **perdera** na guerra, era um pracinha.” (22º parágrafo).  
e) “Daí em diante **usaria** o mesmo processo.” (23º parágrafo).

09. O sintagma adverbial “*de carro*”, que consta no excerto “*A filha esperava-a embaixo, de carro.*” (22º parágrafo), assume o valor semântico de:

- a) Meio.  
b) Modo.  
c) Realce.  
d) Tempo.  
e) Causa.

10. A identificação do sujeito do verbo “*haver*”, presente na passagem “– Não **há** remédio, minha senhora.”, encontra-se corretamente apontada em:

- a) Indeterminado.  
b) “remédio”.  
c) Desinencial.  
d) “minha senhora”.  
e) Inexistente.

## II – RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Bob não é bondoso ou Carlos é calvo. Bob é bondoso ou Carlos é calvo ou Alice é amada. Alice é amada ou Carlos não é calvo. Alice não é amada ou Bob é bondoso. Logo,

- a) Alice é amada, Bob é bondoso, Carlos não é calvo.  
b) Alice não é amada, Bob não é bondoso, Carlos não é calvo.  
c) Alice é amada, Bob é bondoso, Carlos é calvo.  
d) Alice não é amada, Bob é bondoso, Carlos não é calvo.  
e) Alice não é amada, Bob é bondoso, Carlos é calvo.

12. Todas as flores são vermelhas. Nenhum rosa é vermelha. Portanto,

- a) Todos as rosas são rosas.  
b) Todas as flores são flores.  
c) Todos as rosas são flores.  
d) Todas as flores são rosas.  
e) Nenhum rosa é flor.

13. A equação  $x^3 + x^2 - 5x + 3 = 0$  possui:

- a) Três raízes reais e idênticas.  
b) Duas raízes reais iguais e uma diferente.  
c) Três raízes reais diferentes.  
d) Não possui raízes reais.  
e) Três raízes irracionais diferentes.

14. Qual o volume da metade do cone reto?

- a)  $196\pi$  cm<sup>3</sup>  
b)  $672\pi$  cm<sup>3</sup>  
c)  $224\pi/3$  cm<sup>3</sup>  
d)  $196\pi/3$  cm<sup>3</sup>  
e)  $225\pi$  cm<sup>3</sup>

15. A prefeitura municipal de Santa Helena – PB necessitou contrair um empréstimo a juros compostos pago em três parcelas, sendo a primeira debitada um mês após a assinatura do contrato com valor de R\$ 14.000 mais os juros de relativos a um mês (contrato postecipado). A taxa nominal de juros foi de 5% ao mês.

Não houve despesas efetivas adicionadas pela instituição financeira. Qual o montante pago pela prefeitura?

- a) R\$ 46.341,75
- b) R\$ 44.135,00
- c) R\$ 48.658,84
- d) R\$ 45.450,50
- e) R\$ 44.570,78

### III – ATUALIDADES

16. Como ficou conhecido a saída do Reino Unido do bloco econômico da União Europeia?

- a) Agreexit.
- b) Doorexit.
- c) Comexit.
- d) Unitexit.
- e) Brexit.

17. Como era chamado o antigo povoado, que se tornou o município de Santa Helena - PB

- a) Canto da Macaxeira.
- b) Canto do Açaí.
- c) Canto do Feijão.
- d) Canto da Farinha.
- e) Canto do Arroz.

18. Estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODDS) compõe uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Desses 17 Objetivos, qual é o objetivo número 1?

- a) Igualdade de gênero.
- b) Eliminar a pobreza extrema e a fome.
- c) Energia Limpa e Acessível.
- d) Parcerias e meios de implementação sustentável.
- e) Trabalho decente e crescimento econômico.

19. O ano de 2023 marcou a 95ª cerimônia de entrega do Oscar consagrando com sete categorias, o grande vencedor. Qual o nome do filme que ganhou a maioria das estatuetas do prêmio, incluído o Oscar de Melhor Filme?

- a) Nada de novo no front.
- b) A Baleia.
- c) Avatar: O caminho da água.
- d) Tudo em todo lugar ao mesmo tempo.
- e) Entre Mulheres.

20. Em que ano ocorreu a emancipação política da cidade de Santa Helena – PB?

- a) 1961.
- b) 1950.
- c) 1923.
- d) 1885.
- e) 1980.

### IV- CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

21. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale: (Art. 3º, CF/88)

- a) independência nacional.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) autodeterminação dos povos.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) igualdade entre os Estados.

22. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (Art. 5º, CF/88)

- a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependendo de censura ou licença.
- b) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem administrativa, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida a de caráter paramilitar.
- d) a propriedade atenderá a sua função cultural.
- e) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

23. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (Art. 7º, CF/88)

- a) fundo de garantia do tempo de serviço.
- b) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo permitida sua vinculação para qualquer fim.
- c) salário mínimo, fixado em portaria, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe

preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

d) salário mínimo, fixado em portaria, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

e) salário mínimo, fixado em memorando, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

24. São privativos de brasileiro nato os cargos, EXCETO: (Art. 12º, §3º, CF/88)

- a) de Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) de Presidente do Congresso Nacional.
- d) de Presidente do Senado Federal.
- e) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

25. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos: (Art. 21º, LEI Nº 12.016/09)

a) 3 (três) anos, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, sendo necessária, para tanto, autorização especial.

a) 2 (dois) anos, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, sendo necessária, para tanto, autorização especial.

b) 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, sendo necessária, para tanto, autorização especial.

c) 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

d) 2 (dois) anos, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que

pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

26. Conceder-se-á habeas data: (Art. 7º, LEI Nº 9.507/97)

a) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo público, judicial ou administrativo.

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, administrativo, somente.

c) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial, somente.

d) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter privado.

e) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

27. A respeito do mandado de injunção, reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para: (Art. 8º, LEI Nº 13.300/16)

a) determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora.

b) determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma geral.

c) determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma específica.

d) determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma complementar.

e) determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma ordinária.

28. Conforme o doutrinador Alexandre Mazza, assinale o conceito de poder vinculado:

a) o legislador atribui certa competência à Administração Pública, reservando uma margem de liberdade para que o agente público, diante da situação concreta, possa selecionar entre as opções predefinidas qual a mais apropriada para defender o interesse público.

b) quando a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta a ser adotada, sem atribuir margem de liberdade para o agente público escolher a melhor forma de agir.

c) consiste na possibilidade de a Administração aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais.

d) é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

e) Decorrente do poder hierárquico, o poder regulamentar consiste na possibilidade de os chefes do Poder Executivo editarem atos administrativos gerais e abstratos, ou gerais e concretos, expedidos para dar fiel execução à lei.

29. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Art. 11º, LEI Nº 8.429/92)

a) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em portaria.

b) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em memorando.

c) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em circular.

d) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

e) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em resolução.

30. A petição inicial da arguição de descumprimento de preceito fundamental deverá conter: (Art. 3º, LEI Nº 9.882/99)

a) a indicação do ato questionado.

b) o pedido, sem suas especificações

c) em todo o caso, a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.

d) a prova da violação da lei violada.

e) a prova da violação da portaria violada.

31. Extinguem o crédito tributário: (Art. 156º, CTN)

a) a dação em pagamento em bens móveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

b) a decisão administrativa reformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que possa ser objeto de ação anulatória

c) a decisão administrativa reformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

d) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que possa ser objeto de ação anulatória.

e) a prescrição e a decadência.

32. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de: (Art. 205º, §4º, CTN)

a) 05 (cinco) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

b) 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

c) 08 (oito) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

d) 15 (quinze) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

e) 20 (vinte) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

33. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: (Art. 202º, CTN)

a) nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.

b) a quantia devida, sem a necessidade de indicar a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da portaria em que seja fundado.

d) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da circular em que seja fundado.

e) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição do memorando em que seja fundado.

34. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: (Art. 145º, CTN)

a) iniciativa de ofício da autoridade judiciária.

b) iniciativa provocada da autoridade administrativa.

c) impugnação do sujeito ativo.

d) recurso de ofício.

e) impugnação do objeto.

35. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do: (Art. 77º, CTN)

a) poder regulamentar, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

b) poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

c) poder hierárquico, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

d) poder vinculado, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

e) poder discricionário, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

36. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros: (Art. 197º, CTN)

a) os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais.

b) os corretores, leiloeiros e despachantes não oficiais.

c) quaisquer outras entidades ou pessoas que a portaria designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

d) quaisquer outras entidades ou pessoas que o memorando designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

e) quaisquer outras entidades ou pessoas que a circular designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

37. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: (Art. 43º, CTN)

a) de proventos de natureza geral.

b) de proventos de natureza específica.

c) de renda, assim entendido o produto do trabalho, somente.

d) de renda, assim entendido o produto do capital, somente.

e) de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.

38. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador: (Art. 32º, CTN)

a) a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei tributária, localizado na zona urbana do Município.

b) a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei processual civil, localizado na zona urbana do Município.

c) a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como

definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

d) a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei administrativa, localizado na zona urbana do Município.

e) a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei empresarial, localizado na zona urbana do Município.

39. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador: (Art. 35º, CTN)

a) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei tributária.

b) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.

c) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei processual civil.

d) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei administrativa.

e) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei empresarial.

40. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem: (Art. 141º, CTN)

a) ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da portaria, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

b) ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da resolução, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

c) ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma do memorando, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

d) ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da circular, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

e) ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

**MODELO DE GABARITO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

QUESTÕES:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

QUESTÕES:

11	12	13	14	15

**ATUALIDADES**

QUESTÕES:

16	17	18	19	20

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

QUESTÕES:

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40